

Conselho Municipal de Habitação de Mafra SC - CMH	<b>ATA DE REUNIÃO</b>	Folhas: 04
---	-----------------------	------------

<b>1. Identificação</b>			
<b>DATA</b>	27/09/2022		
<b>HORÁRIO INÍCIO</b>	14 HORAS	<b>HORÁRIO TÉRMINO</b>	16 HORAS
<b>LOCAL</b>	Centro de Referência Especializado de Assistência Social CREAS		
<b>PARTICIPANTES</b>	<p><b>Grupo de Idosos:</b> Titular Neusa Cordeiro e Suplente Sibila Ribeiro dos Santos; <b>CREA:</b> Titular Rafael Sonaglio ; <b>OAB:</b> Titular Carlos Luiz Diesel Côt; <b>Fundação Eurípedes Barsanulfo:</b> Titular Altaides Veiga; <b>Procuradoria do Município:</b> Suplente Fernanda Rodrigues Machado; <b>Secretaria Municipal Desenvolvimento Urbano:</b> Titular Débora Kahlow Schossig; <b>Departamento de Habitação:</b> Titular Valéria Grossl Mendes da Silva e Suplente Piero Wanderley Ramos, <b>Secretaria Municipal de Assistência Social:</b> Titular Any Karine Andolfato Westarb e Araci Turchen Makohin secretária executiva dos Conselhos.</p>		

<b>2. PAUTA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>-Apresentação da equipe do Departamento de habitação e dos Conselheiros</li> <li>-Apresentação e aprovação do Plano de Ação 2022 a 2024</li> <li>-Apresentação das novas legislações da Política de Habitação</li> <li>-Encaminhamentos da comissão de regularização fundiária, discussão de estratégias para regularização das pendências dos moradores dos loteamentos públicos</li> <li>-Apresentação das ações para a gestão dos Empreendimentos da Habitação de Mafra,</li> <li>-Atualização das representações da diretoria do conselho</li> <li>-Organização da comissão para estudo e revisão do regimento interno, Assuntos gerais.</li> </ul>

<b>2. DISCUSSÃO</b>
<p>No dia 27 de setembro de 2022 as 14 horas, reuniram-se representantes do Conselho Municipal de Habitação de Mafra, na sala de reuniões do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, para reunião ordinária do Conselho. A senhora Valéria diretora do departamento de Habitação, deu as boas vindas a todos e iniciou a reunião se apresentando e solicitou a todos que se apresentassem. Agradeceu a todos os membros convidados e indicados para representação do conselho, por aceitarem e se fazerem presentes na reunião. Após comentou sobre a elaboração do Plano de Políticas Públicas de Habitação, sobre a questão de moradia o que ela representa para a pessoa, que é o sonho de cada um. A importância de programas, projetos e serviços que promovam o acesso a moradia da população. O município de Mafra se encontra segundo o IBGE (2020) com 56.561 mil habitantes e em levantamento preliminar, verificou-se um total de 16 loteamentos e 03 Conjuntos Habitacionais, já foram contempladas 1.685 famílias com unidades habitacionais no município (contando com loteamentos em</p>

propriedades públicas municipais, estaduais e federais e também em terrenos de propriedade privada), atualmente estão nos loteamentos de terrenos públicos municipais aproximadamente 368 famílias que precisam de regularização fundiária em seus imóveis. Conta com 1.093 cadastros no banco de dados do Departamento de Habitação, desde 2017 até agosto de 2022. Nos atendimentos dos serviços do Departamento de Habitação, foi encaminhado pela Assistência Social a relação de 40 famílias em situação de emergência no período de 2021/2022, sendo que a maioria dessas famílias são chefiadas por mulheres responsáveis pela renda, também com casos de idosos na maioria do sexo feminino e com comorbidades graves em sua saúde, e ainda nestas famílias tem um número grande de crianças e pessoas deficientes dependentes, as demais são famílias que se encontram em situação de extrema pobreza e com conflitos familiares. Em agosto de 2022 com informações extraídas do CadÚnico do Município, verificou-se um total de 10.090 pessoas, e 4019 famílias que recebem até 3 salários mínimos, sendo que uma grande parcela declara não ter nenhuma renda, dessas 1.042 famílias que têm pelo menos um membro familiar com deficiência, 1.642 famílias que têm pelo menos 01 idoso, 3.217 famílias chefiadas por mulheres, variando o número de membros da composição familiar. O sr. Altaides comentou que o total de 10.090 pessoas com relação ao número de habitantes no município de 56 mil, representa um número muito grande de famílias de baixa renda ao que o sr. Carlos completou sobre a necessidade de políticas públicas no município levando em conta os números de 10 mil cadastros no CadÚnico em situação de vulnerabilidade ou baixa renda. Valéria informou que o setor de Habitação conta com 3 pessoas na equipe, sendo uma diretora sra. Valéria, um chefe de divisão sr. Piero e uma estagiária, e conta com um orçamento anual de 9 mil reais. Sobre a ausência de dados do meio rural, e que a legislação da habitação são muito antigas que precisa ser atualizada e o plano de habitação esta vencido, diante desse cenário com grande deficit habitacional, orçamento precário, mais do que nunca necessita fazer planejamento e gestão da estrutura já implantada no município e propor atividades de baixo impacto financeiro. Nos condomínios Santa Terezinha, Andaluzia e Ouro Verde, a Caixa Econômica orientou sobre as unidades que estão desocupadas ou que podem ser retomadas: Andaluzia tem 7 vazias, 23 alugadas, 5 vendidas e 8 falecidos totalizando 43 moradias irregulares; Ouro Verde tem 10 vazias, 10 alugadas, 23 vendidas total de 43 moradias irregulares. 1º Procedimento: Vazias de propriedade da Caixa, 2º Procedimento: vazias/desocupadas mas que estão em nome de outra pessoa; 3º Procedimento: Imóveis com dívida de condomínio. O sr. Piero explicou sobre as vistorias realizadas em alguns imóveis e que já estão sendo tomadas as devidas providências. Valéria explicou que a Habitação enquanto poder público compete fazer a vistoria nos imóveis e informar a Caixa sobre as irregularidades encontradas. Sobre loteamentos: tem um levantamento elaborado mostrando a situação de cada uma das unidades, muitos trocaram de nomes e passaram para outros, outros não honraram pagamentos das parcelas do contrato e este acerto é imprescindível para a regularização. Sobre a necessidade de se organizar tudo, precisa fazer a legislação de política pública habitacional, a qual já foi elaborada e encaminhada ao prefeito para aprovação e posteriormente vai para aprovação da Câmara de Vereadores. Tem também a necessidade de refazer e atualizar o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação. Fernanda sugeriu colocar alguns pontos que achar importante no regimento interno, para não ficar amarrado em legislação, ficou acordado de se refletir sobre o assunto. Valéria falou do decreto sobre as dívidas que instituiu o programa de repactuação contratual que esta sendo elaborado, sobre os programas que estão sendo elaborados para ser aplicado: Programa de Gestão de Empreendimentos, Programa de Gestão de Novas Moradias, Programa de

Melhorias de Unidades Habitacionais. Explanou referente a questão de reformas necessárias em moradias e sobre a compra de materiais para reforma. Explicou que seria mais viável aprovar uma resolução de compra de materiais no valor de até 10 mil reais, sem precisar passar por aprovação do Conselho, e que o que for acima de 10 mil reais passaria por deliberação do conselho. Toda compra de materiais para reforma seria realizado pela gestão da Habitação e a prestação de contas seria feito para o conselho. A mão de obra da reforma seria por conta do mutuário que deverá fazer a reforma em no máximo 30 dias. Colocada a resolução para deliberação entre os conselheiros, e após deliberações sobre as adequações referente ao prazo estipulado para o mutuário fazer a conclusão da reforma, foi aprovada por todos os presentes. O sr. Rafael sugeriu criar uma cartilha com orientações técnicas em termos de segurança no trabalho, no caso de reformas e ou o morador ter que trocar telhas. O sr. Carlos comentou que poderia fazer um material impresso e com desenhos, e entregar para o mutuário no momento da entrega das telhas ou do material, sr. Rafael completou que no recibo do material deve constar que a pessoa esta recebendo também o material impresso com orientações de como fazer a reforma com segurança. Foram aceitas as sugestões, pois se considerou importante garantir a integridade física dos mutuários e prevenir acidentes decorrentes de quedas ou cortes. Passou a falar do Programa de Regularização Fundiária com objetivo da regularização alcançar o registro imobiliário. Ações a serem realizadas: Realizar Estudos, Revisar Programa Descrito no Plano Municipal de Habitação, Fazer Levantamentos de Demanda, Escrever Programa com Atualização dos Dados, Execução do Programa, Meta: 200 Imóveis Regularizados. Débora falou do levantamento que deve ser feito, mapear áreas e ver a questão do meio ambiente. Sobre a Captação de Recursos do Programa do Governo Federal: - Programa de Aquisição de Unidades Habitacionais: -emendas especiais com finalidade definida do programa moradia digna ação 00ti. Alguns municípios já estão operando, PROGRAMA PRÓ MORADIA IN 01/2021 financiamento com recursos do FGTS, Garantia do FPM juros de 8% ao ano 4 anos de carência e 240 parcelas para pagamento e o Município pode fazer Carta Consulta, IN 42 PARCERIAS: carta de crédito para a população com renda de 4 a 7 mil reais, esta aberto para Mafra, e cadastra até 20% do valor total do empreendimento como contra partida o município pode dar terreno, infraestrutura e os munícipes pagam o custo do empreendimento a juros baixo. - PROGRAMA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: Emendas especiais com finalidade definida do Programa Moradia Digna Ação 00TH/00T2 E 00SW, o município “pode” fazer adesão e esperar edital, PROGRAMA PRÓ MORADIA IN 01/2021, financiamento com recursos do FGTS, PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA UNIÃO IN 02/2021 a união contrata empresa para fazer a regularização no município. - PROGRAMA DE MELHORIAS HABITACIONAIS: emendas especiais com finalidade definida - PROGRAMA MORADIA DIGNA AÇÃO 00TJ PROGRAMA PRÓ MORADIA IN 01/2021 com financiamento com recursos do FGTS, PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA UNIÃO IN 02/2021 a união faz repasse de kits, munícipe faz repasse de contrapartida. - SERVIÇOS E SUBSÍDIOS DA HABITAÇÃO: Emendas Especiais, todos os programas preveem recursos para elaboração de Projeto arquitetônico. - SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA: emendas especiais com finalidade definida -PROGRAMA MORADIA DIGNA AÇÃO 00TH/00T2 é o PROGRAMA PRÓ MORADIA IN 01/2021 com financiamento com recursos do FGTS. Valéria completou que o compromisso é organizar o Conselho da Habitação e se inscrever em todos os projetos habitacionais que o governo abrir. Ainda sobre o Banco de Materiais Valéria falou da importância explicando que esta sendo retomado o projeto, e Piero comentou sobre a dificuldade de executar o projeto pois demanda transporte e lugar para armazenar. Rafael falou

sobre o repasse de 10% da arrecadação do SICOB para Projetos Sociais, e Valéria solicitou ao Rafael trazer mais informações e solicitar essa repasse para habitação. Após Valéria solicitou aos membros conselheiros fazer a eleição da nova diretoria do Conselho Municipal de Habitação ficando assim composta a nova **Diretoria: Presidente: Rafael Sonaglio; Vice presidente: Carlos Luiz Diesel Côt; Secretário: Piero Wanderley Ramos; Tesoureiro: Fernanda Rodrigues Machado.** Nada mais havendo para tratar Valéria agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião. Eu Araci Turchen Makohn, secretária executiva dos conselhos lavrei a presente ata com lista de presença anexa.